

PROJETO BÁSICO



MINISTÉRIO DA DEFESA
 COMANDO DA AERONÁUTICA
 GRUPO DE APOIO DE BRASÍLIA

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017 -MD

**PROJETO BÁSICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADVINDOS
 DO PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR**

1. OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos para o Grupo de Apoio de Brasília, conforme especificações, quantidades e demais exigências deste documento.

1.2 Descrição detalhada do Objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UND	QTD	(*) VALOR UNIT. RS
1	LEGUME IN NATURA. TIPO: ABÓBORA ESPÉCIE: JAPONESA.	BR0228718	KG	600	2,34
2	LEGUME IN NATURA. TIPO: ABOBRINHA. ESPÉCIE: ITALIANA.	BR0228725	KG	1.500	2,19
3	VERDURA IN NATURA. TIPO: ACELGA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226222	KG	900	4,49
4	VERDURA IN NATURA. TIPO: AGRIÃO; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226223	KG	1200	6,6
5	VERDURA IN NATURA. TIPO: ALFACE; ESPÉCIE: AMERICANO.	BR0226224	KG	1.500	5,99
6	VERDURA IN NATURA. TIPO: ALFACE; ESPÉCIE: CRESPA.	BR0373169	KG	2.100	5,99
7	VERDURA IN NATURA. TIPO: ALHO PORÓ; ESPÉCIE: COMUM.	BR0402543	KG	270	15,3
8	FRUTA IN NATURA. TIPO: BANANA; ESPÉCIE: NANICA.	BR0224406	KG	900	3,49
9	LEGUME IN NATURA. TIPO: BATATA DOCE; ESPÉCIE: AMARELA/ROSADA.	BR0226259	KG	600	2,99
10	LEGUME IN NATURA. TIPO: BERINJELA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0284647	KG	900	3,34
11	LEGUME IN NATURA. TIPO: BETERRABA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226261	KG	2.400	2,85

12	VERDURA IN NATURA. TIPO: BRÓCOLIS; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226228	KG	1.500	5,29
13	VERDURA IN NATURA. TIPO: CEBOLINHA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226230	KG	60	6,99
14	LEGUME IN NATURA. TIPO: CENOURA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226263	KG	3.600	2,89
15	LEGUME IN NATURA. TIPO: CHUCHU; ESPÉCIE: COMUM.	BR0275020	KG	3.000	2,57
16	VERDURA IN NATURA. TIPO: COENTRO; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226233	KG	60	8,99
17	VERDURA IN NATURA. TIPO: COUVE; ESPÉCIE: MANTEIGA.	BR0256113	KG	1.800	5,99
18	VERDURA IN NATURA. TIPO: COUVE-FLOR; ESPÉCIE: COMUM.	BR0273259	KG	1.800	5,99
19	LEGUME IN NATURA. TIPO: ERVILHA; ESPÉCIE: TORTA.	BR0226264	KG	180	21
20	VERDURA IN NATURA. TIPO: ESPINAFRE; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226238	KG	300	5
21	LEGUME IN NATURA. TIPO: GENGIBRE; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226265	KG	360	13,8
22	FRUTA IN NATURA. TIPO: GOIABA; ESPÉCIE: VERMELHA.	BR0250033	KG	150	6,8
23	VERDURA IN NATURA. TIPO: HORTELÃ; ESPÉCIE: NATURAL.	BR0226242	KG	180	14,9
24	LEGUME IN NATURA. TIPO: JILÓ; ESPÉCIE: REDONDO.	BR0226267	KG	360	3,5
25	FRUTA IN NATURA. TIPO: LIMÃO; ESPÉCIE: TAITI.	BR0224418	KG	600	4,99
26	VERDURA IN NATURA. TIPO: MANJERICÃO; ESPÉCIE: COMUM.	BR0373174	KG	150	15
27	LEGUME IN NATURA. TIPO: MANDIOCA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226268	KG	1.800	2,99
28	FRUTA IN NATURA. TIPO: MARACUJÁ; ESPÉCIE: AZEDO.	BR0224416	KG	300	4,5
29	LEGUME IN NATURA. TIPO: MAXIXE; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226270	KG	180	4,75
30	VERDURA IN NATURA; TIPO: MILHO VERDE; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226243	UN	300	1,49
31	FRUTA IN NATURA. TIPO: MORANGO.	BR0096342	KG	900	21
32	VERDURA IN NATURA; TIPO: NABO; ESPÉCIE: COMUM.	BR0226248	KG	90	7,4
33	LEGUME IN NATURA. TIPO: PEPINO; ESPÉCIE: COMUM.	BR0228448	KG	600	2,89
34	LEGUME IN NATURA. TIPO: PIMENTÃO; ESPÉCIE: AMARELO.	BR0228764	KG	240	15
35	LEGUME IN NATURA. TIPO: PIMENTÃO; ESPÉCIE: VERDE.	BR0228762	KG	600	3,71

36	LEGUME IN NATURA. TIPO: PIMENTÃO ; ESPÉCIE: VERMELHO .	BR0228763	KG	240	15
37	VERDURA IN NATURA. TIPO: PIMENTA ; ESPÉCIE: DE CHEIRO .	BR0398582	KG	30	7,99
38	LEGUME IN NATURA. TIPO: QUIABO ; ESPÉCIE: LISO .	BR0226274	KG	300	5,97
39	VERDURA IN NATURA. TIPO: REPOLHO VERDE ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0231825	KG	600	2,29
40	VERDURA IN NATURA. TIPO: REPOLHO ROXO ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0231826	KG	600	2,99
41	VERDURA IN NATURA. TIPO: RÚCULA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0226252	KG	1200	7,3
42	VERDURA IN NATURA. TIPO: SALSA ; ESPÉCIE: COMUM .	BR0226253	KG	105	11,01
43	LEGUME IN NATURA. TIPO: TOMATE ; ESPÉCIE: MADURO .	BR0228756	KG	4.500	3,99
44	LEGUME IN NATURA. TIPO: TOMATE ; ESPÉCIE: CEREJA .	BR0228754	KG	600	10,47
45	LEGUME IN NATURA. TIPO: VAGEM ; ESPÉCIE: MANTEIGA .	BR0228766	KG	900	6,99

(*) Valor máximo aceitável - estimativa inicial.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Grupamento de Apoio de Brasília, como Organização Militar, está inserido no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, conforme Resolução nº 64, de 20/11/2013, do Grupo Gestor de Aquisição de Alimentos, e vem por meio deste documento dar início ao processo de compras de gêneros alimentícios nos termos do referido programa. A aquisição de gêneros alimentícios por esta Chamada Pública visa a atender parte das necessidades de alimentos para preparação das refeições diárias do Setor de Subsistência para o efetivo desta Organização Militar.

2.2 O Decreto n. 8.473, de 2015, estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2016, do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. As situações de exceção deverão ser justificadas na forma do art. 2º do referido Decreto.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A aquisição de Gêneros Alimentícios é de natureza comum por possuir padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **até 3 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada (*de acordo com o cronograma da Contratante*), no Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), situado na **Esplanada dos Ministérios, Bl. M, Comando da Aeronáutica, Edifício Anexo, Subsolo, CEP 70.045-900 - Brasília/DF**, de segunda a sexta de 09 às 16 horas, correndo por conta do fornecedor todas as despesas decorrentes. Telefone de contato (61) 2023-2620/2798.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 1 (um) dia, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto básico e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) dia, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. A inspeção dos materiais será realizada no local da entrega, com solicitação da presença dos responsáveis desta Organização Militar para a verificação, das especificações qualitativas e quantitativas.

4.8. A Contratada será responsável pelo contato prévio com a Organização Militar Contratante para alertar e agendar a data hora estimada da chegada do material, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência, evitando assim transtornos de impossibilidade de recebimento, tais como: dias sem expediente na Organização Militar, atividades que não permitam a presença da Comissão de Recebimento, entre outros.

4.9. Deverão ser observadas as normas internas da Organização Militar Contratante, quanto aos procedimentos de pessoal utilizado pelo fornecedor do produto, na ocasião da entrega, tais como exigências de identificação do pessoal, uniformes e trajes de manipuladores de carga, horários de recebimento e outros afins.

4.10. Sendo agendada a data e horário da entrega, com antecedência mínima de 24 horas, pelo telefone (61) 2023-2620/2798, na Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Brasília, Esplanada dos Ministérios, Bl. M, Comando da Aeronáutica, Edifício Anexo, Subsolo, em horário de expediente.

4.11. As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado. As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo. As folhas deverão se apresentar intactas e firmes.

4.12. Todos os produtos deverão estar isentos de Substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, sem parasitas, larvas ou outros animais nos produtos ou embalagens, sem umidade externa anormal, isentas de odor e sabor estranhos, isenta de enfermidades; e não deverão estar danificadas por lesões que afetem a sua aparência e utilização.

4.13. Após a fase de habilitação, a critério desta Administração, poderão ser solicitadas amostras dos produtos a serem adquiridos para a averiguação, devendo estes ser entregues na Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Brasília.

4.14. O prazo para a entrega das amostras dos produtos para avaliação e seleção será de 5 (cinco) dias.

4.15. A critério desta Administração, os produtos a ser adquiridos, poderão ser submetidos a testes e avaliações que esta julgar necessários.

4.16. Para cada item deverá ser entregue 01 (uma) amostra, sendo facultado à empresa vencedora entregar duas amostras do produto ofertado, para no caso de uma não atender às exigências ou não passar nos testes durante a análise, a outra possa ser analisada.

4.17. A qualidade do(s) produto(s) apresentado(s) na amostra deve(m) ser idêntico(s) ao(s) que será(ão) efetivamente vendido(s) ao(s) órgão(s) participante(s).

4.18. Esta Administração justificará em termo circunstanciado o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) o(s) produto(s) apresentado(s) na amostra que for(em) rejeitado(s).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata. A empresa contratada fornecerá os itens conforme especificados e compromete-se a trocar aqueles que apresentarem algum defeito.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7. Deverão ser entregues materiais de fabricação recente, com todas as características e qualidades exigidas nas especificações, em cujas embalagens constem as datas de fabricação e prazo de validade, posto que esses dados serão conferidos pelo setor competente;

6.1.8. Os produtos perecíveis devem ser transportados em veículos refrigerados ou em recipientes apropriados que garantam que os produtos transportados neles mantenham temperatura ideal, não ultrapassando os limites superiores discriminados a seguir:

Produto	Armazenamento	Faixa de Temperatura
Temperatura ambiente	Ambiente	Entre 15° C e 30° C
Termolábeis	Congelador	Entre - 20° C e 0° C
	Refrigerador	Entre 2° C e 8° C

6.1.9. Os veículos que efetuarão o transporte dos produtos deverão apresentar-se higienizados, isentos de resíduos de alimentos e materiais, como caixas, sacos, palhas e outros, para evitar contaminações dos produtos transportados;

6.1.10. Os funcionários das firmas responsáveis pelos fornecimentos deverão apresentar-se com vestuário adequado:

6.1.10.1. Jaleco (até altura do joelho) por cima da roupa ou macacão limpo, bem como sapatos fechados e gorro;

6.1.10.2. Uniformes, de cor clara, conservados e limpos, meias e sapatos fechados, em boas condições de higiene e conservação;

6.1.10.3. Não serão permitidas em hipótese alguma, vestimentas inadequadas como "shorts", bermuda, camiseta regata ou funcionários sem camisa ou de chinelos.

6.2. Quanto à garantia:

6.2.1. Todos os produtos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses** exceto os que estiverem previstos nas normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

6.2.2. Na aplicação desta Norma é necessário consultar:

a) **Lei 1.283/50** Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, publicada no D.O.U. em 19/12/1950.

b) **Decreto 30.691/52** Aprova o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, publicado no D.O.U. em 07/07/1952.

c) **Decreto-Lei 52.916/63** Indicação das Quantidades de Mercadorias Acondicionadas, de 22/11/1963, publicado no D.O.U. em 27/11/1963.

d) **Decreto-Lei 986/69** Institui Normas Básicas sobre Alimentos, publicado no D.O.U. em 21/10/1969.

e) **Lei 8.078/90** Código de Defesa do Consumidor, publicada no D.O.U. em 12/09/1990.

f) **Decreto 1.236/94** Dá nova redação ao artigo 507 do Decreto 30.691/52, de 02/09/1994, publicado no D.O.U. em 05/09/1994.

g) **Decreto 1.812/96** Altera dispositivos do Decreto 30.691/52, de 08/02/1996, publicado no D.O.U. em 09/02/1996.

h) **Decreto 2.244/97** Altera dispositivos do Decreto 30.691/52, de 04/06/1997, publicado no D.O.U. em 05/06/1997.

i) **Instrução Normativa 42/99** Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal e Programa de Controle de Resíduos em Carne, publicada no D.O.U. em 22/12/1999.

j) **Resolução RDC 12/01** Aprova o Regulamento Técnico sobre os Padrões Microbiológicos para Alimentos, Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 12/01, publicada no D.O.U. em 02/01/2001.

k) **IAL – Instituto Adolfo Lutz** - Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÕES SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Leis nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a

execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Entregar os materiais durante os horários que a Adquirente fixar.

9.5. O descarregamento do material é de responsabilidade do **FORNECEDOR**.

9.6. A utilização de equipamentos de proteção individual e de segurança é imprescindível e de responsabilidade do Fornecedor, assim como o uso de uniformes adequados e identificação dos seus funcionários;

9.7. A Fiscalização poderá exigir do Fornecedor, a substituição de qualquer profissional participante da entrega dos materiais, desde que seja constatada a desqualificação para a execução de suas tarefas ou que apresente hábitos nocivos e prejudiciais à Administração.

9.8. A aquisição será efetivada por meio de emissão de Nota de Empenho (NE).

9.9. A Adquirente se reserva ao direito de promover a redução ou acréscimo dos materiais adquiridos, até 25% do valor inicial da aquisição.

9.10. Detalhes não citados referentes aos materiais, mas que a boa técnica leve a presumir sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

9.11. Na análise das propostas será verificado o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Edital, bem como considerado o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, ficando determinado que seja vencedora a licitante que apresentar o menor preço por item.

9.12. A Contratada deverá atender no que couber ao prescrito na IN nº 01 de 19 de janeiro de 2010, particularmente ao disposto nos artigos 5º e 6º.

9.13. **CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS A SEREM OBSERVADAS:**

9.13.1. Obrigatoriamente, as embalagens deverão apresentar:

a) limpeza;

b) resistência;

c) bom estado de conservação e higiene; e.

d) características que atendam as especificações oficiais de confecção, dimensões e capacidade de acondicionamento.

9.13.2. Toda embalagem deverá, necessariamente, ser marcada, rotulada ou etiquetada em lugar de destaque e de fácil visualização.

9.13.3. - A marcação da embalagem deverá trazer, no mínimo, as seguintes indicações:

a) número do lote;

b) data de embalagem e prazo ou data de validade;

c) identificação do responsável pelo produto;

d) número de registro do responsável no respectivo Conselho;

e) pesos bruto e líquido do produto; e

f) código de barras para identificação do produto e de outros dados de produção.

9.13.4. Os produtos serão cotados pelas unidades padrões especificados neste edital (unidades, dúzias, centos, quilogramas ou litros), obedecendo sempre os tipos de embalagens. O não atendimento destes padrões anulará a cotação do licitante para o artigo/produto;

9.13.5. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar atestado técnico emitido pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), indicando se o licitante possui capacidade de produção, quando for o caso, instalação e pessoal qualificado disponível para o cumprimento do objeto desta licitação, dentro do prazo previsto para o recebimento;

9.13.6. O local destinado para descarnar, desossar e retalhar as carnes deverá ser previamente preparado para esse trabalho, dentro dos padrões federais de inspeção sanitária estabelecidos por lei. O citado local deve possuir temperatura controlada não superior a +15°C. Essas operações serão efetuadas em locais higienizados;

9.13.7. Os artigos deverão ser entregues, na Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Brasília, em **VIATURA APROPRIADA, ACONDICIONADOS DE FORMA A PRESERVAR A HIGIENE, QUALIDADE E FORMATO**, de acordo com os pedidos confeccionados no dia anterior e na seguinte **PERIODICIDADE:**

SEMANALMENTE: Os itens 01 ao 44.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.1. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos


praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília/DF, 26 de setembro de 2017


MARIANA CARVALHO DE BRITO RUFINO 1ºTen Int
Chefe da SSUB



